



Conselho Nacional de Justiça – CNJ
Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento
Memória de Reunião

Identificação da Reunião

Reunião sobre o Observatório da Estratégia da Justiça Federal

DATA

**20 de janeiro de
2016**

LOCAL

Sala de videoconferência n. 107 – 1º andar

Participantes

Órgão	Nome	Cargo / Função
CNJ	Conselheiro Fernando Mattos	Conselheiro - CNJ
CNJ	Fabyano Prestes	Diretor Geral - CNJ
CNJ	Fernanda Paixão	Diretora Executiva- Departamento de Pesquisas Judiciárias DPJ - CNJ
CNJ	Thamara Medeiros	Diretora Técnica – DPJ – CNJ
CNJ	Karina Yoshimura	Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE – CNJ
CNJ	Fabiana Andrade	Divisão de Gestão Estratégica – DGE - CNJ
CNJ	Marcelo Lauriano	Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI
CNJ	Raphael Augusto Melo	Coordenador substituto da Coordenadoria de Gestão de Sistemas – DTI
CNJ	Igor Stemler	Pesquisador – DPJ
CNJ	Gabriela Moreira de Azevedo Soares	Pesquisadora– DPJ
CJF	Juiz César Cavalcante	Juiz-Auxiliar da Corregedoria-Geral - CJF
CJF	Ivan Bonifácio	Secretário de Estratégia e Governança - CJF
CJF	Leonardo Oliveira	Assessor Especial de Inovação e Gestão da Informação - CJF
CJF	Alex Penha	Setor de Análise de Dados - CJF
CJF	Silvana Soares	Subsecretaria de Gestão Estratégica

A reunião objetivou atender a uma solicitação do Conselho da Justiça Federal - CJF, com vistas a apresentar o Observatório da Estratégia da Justiça Federal e discutir algumas possibilidades de alimentação de dados e aperfeiçoamento de informações em parceria com o CNJ.

César Cavalcante, juiz auxiliar da Corregedoria, destacou a importância da aproximação e interação entre os Conselhos, especialmente, quanto à fluidez e padronização dos dados e informações solicitados aos TRFs e sugeriu que o CJF se tornasse o órgão central/repositório dos dados da Justiça Federal.

O secretário de estratégia e governança do CJF, Ivan Bonifácio, corroborou a sugestão do Juiz César Cavalcante e apresentou as informações sobre o funcionamento do Observatório da Justiça Federal e do sistema de coleta de dados do CJF. Indagou sobre a possibilidade de o CJF coletar os dados primários referentes ao Justiça em Números, Justiça Aberta e Sistema de Metas para, a posteriori, encaminhá-los ao CNJ.

O Diretor Geral do CNJ, Fabyano Prestes, ressaltou a importância da parceria entre CNJ e CJF quanto à comunicação das informações e acentuou que o CJF sempre que solicitado é bastante prestativo no intercâmbio de informações. Frisou, não obstante, que a atuação do CNJ é pautada, prioritariamente, com foco nos Tribunais e não, de forma específica, nos Ramos de Justiça. Ademais ressaltou preocupação de haver tratamento diferenciado do CJF em relação aos outros ramos, tendo em vista que propostas como esta deveriam ser debatidas entre os demais segmentos de justiça.

O conselheiro Fernando Mattos solicitou o posicionamento dos órgãos técnicos do CNJ sobre a solicitação do CJF.

Fernanda Paixão, Diretora Executiva do DPJ, enfatizou a relevância da padronização dos dados, porém, salientou que para atender a demanda do CJF, seria necessário alterar o art. 4º da Resolução 76/2009 que dispõe que “ *os dados estatísticos serão transmitidos eletronicamente pelos Tribunais [...]*”. Além disso, ponderou que a coleta de dados primários está em fase de aperfeiçoamento, com a proposta em andamento no CNJ no sentido de adotar a replicação ou envio de bases de dados diretamente ao CNJ, em substituição ao sistema informatizado atualmente vigente. Informou, ainda, que a base de dados do Relatório Justiça em Números é pública.

Karina Yoshimura, Diretora de Gestão Estratégia, parabenizou a iniciativa do Observatório do CJF e mencionou preocupação em relação à Rede de Governança Colaborativa, que deve prosseguir capitaneada pelo CNJ. Relatou, ainda, que em relação às informações prestadas sobre as metas há uma fluidez de comunicação com os Tribunais no atual modelo vigente e que a concentração das informações no CJF poderia prejudicar o contato direto do CNJ com os TRFs no que tange ao desenvolvimento de planos estratégicos.

O Conselheiro Fernando Mattos também evidenciou a necessidade de haver uma comunicação padronizada dos dados solicitados pelo CNJ e pelo CJF aos juízes e Tribunais e ponderou a possibilidade de uma solução alternativa. Informou que, a princípio, a proposta de coleta de dados ser realizada diretamente pelo CJF encontraria obstáculos no CNJ, em razão de suas competências constitucionais.

Nessa perspectiva, o Secretário de Estratégia e Governança do CJF questionou sobre a viabilidade do compartilhamento dos dados estatísticos primários com o CJF e de haver maior comunicação entre CNJ e CJF sempre que houver solicitação de dados do CNJ diretamente aos TRFs.

Fernanda Paixão esclareceu que uma iniciativa recente de padronização de dados ocorreu no CNJ com a integração da parte judicial do sistema Justiça Aberta ao sistema Justiça em Números, ao ter havido padronização das informações que eram anteriormente solicitadas diretamente aos juízes. Após a edição do novo Anexo II da Resolução CNJ 76/2009, por deliberação da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, e a partir do Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça 49/2015, as áreas técnicas dos tribunais passaram a ser responsáveis pela informação mensal dos dados de produtividade das serventias judiciais, com a vantagem de desonerar os juízes de prestar tais informações, além da vantagem de ter havido um alinhamento das variáveis, e respectivos glossários, dos dois sistemas. Esta iniciativa foi apresentada para ilustrar uma das possibilidades de padronização da informação e de maior racionalidade no processo de coleta de dados estatísticos. Quanto à disponibilização da base de dados ao CJF corroborou a menção de Gabriela Soares (DPJ) quanto à necessidade de sigilo dos dados até a divulgação oficial do Relatório Justiça em Números.

Os Diretores da área de TI do CJF, Melre e do CNJ, Marcelo Laureano posicionaram-se argumentando que haveria, em princípio, viabilidade técnica para a replicação dos dados primários solicitados, quais sejam, aqueles relacionados aos sistemas das Metas Nacionais e Justiça em Números, com a periodicidade estabelecida. Gabriela Soares informou que a alimentação do Sistema Justiça em Números é semestral, ao passo que a do Módulo de Produtividade é mensal.

Diante dos pedidos apresentados pelo CJF, por sugestão do Conselheiro Fernando Mattos, ficou decidido que esta memória de reunião, contendo as demandas solicitadas pelos representantes do CJF, seja encaminhada à Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ para apreciação e posterior deliberação sobre a matéria.